

## Organizadores

Alice Casanova dos Reis  
Aline Reis Calvo Hernandez  
Dolores Galindo  
Jaqueline Tittoni  
Lavínia Lopes Salomão Magiolino  
Luis Artur Costa  
Rodrigo Lages e Silva

# Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem

## Coleção

*Práticas sociais, Políticas Públicas  
e Direitos Humanos*

## Coordenação

Ana Lídia Campos Brizola  
Andrea Vieira Zanella



## **Coleção**

### **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**

Coordenação

Ana Lúdia Campos Brizola

Andrea Vieira Zanella

## **Vol. 6 Psicologia social em experimentações: arte, estética e imagem**

Organização

Alice Casanova dos Reis

Aline Reis Calvo Hernandez

Dolores Galindo

Jaqueline Tittoni

Lavínia Lopes Salomão Magiolino

Luis Artur Costa

Rodrigo Lages



Florianópolis  
**2015**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

P912    Psicologia Social em experimentações :  
         arte, estética e imagem [recurso eletrônico]  
         / organizadores Alice Casanova dos Reis...[et  
         al.] ; coordenadoras da coleção Ana Lídia  
         Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. -  
         Florianópolis : ABRAPSO Editora : Edições do  
         Bosque CFH/UFSC, 2015.  
         588 p.; il., grafs., tabs. - (Coleção Práticas  
         Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos;  
         v. 6)

         Inclui bibliografia.  
         ISBN: 978-85-86472-25-1

         1. Psicologia social. 2. Arte. 3. Estética. I.  
         Reis, Alice Casanova dos...[et al.]. II. Série

         CDU: 159.9

### **Diretoria Nacional da ABRAPSO 2014-2015**

**Presidente:** Aluísio Ferreira de Lima

**Primeiro Secretário:** Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

**Segundo Secretário:** Leandro Roberto Neves

**Primeira Tesoureira:** Deborah Christina Antunes

**Segunda Tesoureira:** Renata Monteiro Garcia

**Suplente:** Carlos Eduardo Ramos

**Primeira Presidenta:** Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

### **ABRAPSO Editora**

Ana Lúcia Campos Brizola

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

### **Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina

Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco

Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal

Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lupicínio Íñiguez-Rueda – Universidad Autonoma de Barcelona, España

Maria Lúcia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense

Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

### **Edições do Bosque Gestão 2012-2016**

Ana Lúcia Campos Brizola

Paulo Pinheiro Machado

### **Conselho Editorial**

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO

Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Fernando dos Santos Sampaio - UNIOESTE - PR

José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca, España

Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona, España

Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, France

Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

### **Sobre a ABRAPSO**

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

### **Sobre as Edições do Bosque**

As *Edições do Bosque* tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A *Edições do Bosque* conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

<http://nuppe.ufsc.br/>

**Revisão:** CCLI Consultoria linguística

**Editoração:** Spartaco Edições

**Capa e Projeto gráfico:** Spartaco Edições



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## **Sobre torturas, silenciamentos e testemunhos**

Gabriela Weber Itaquy

Edson Luiz André de Sousa

### **Introdução**

Os longos vinte e um anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foram marcados por inúmeras formas de violências, torturas, prisões indevidas e desaparecimentos de pessoas que lutavam por ideais diferentes dos que eram impostos pelo governo.

Tais sujeitos eram considerados inimigos, taxados de subversivos e por esses motivos passaram a ter que lidar com experiências excessivas e traumáticas geradas pelo Estado, ou seja, por quem possuía o papel de proteção e garantia dos direitos, mas que acabou exercendo, e muitas vezes ainda exerce, o de violação.

Subversivo é aquilo ou quem pretende perturbar ou alterar a ordem estabelecida, contrariando as ideias ou opiniões da maioria. A palavra subversão também é marcada pelo ato ou efeito de subverter, voltar de baixo para cima, revolver, perverter, arruinar, destruir, submergir.

Assim, torna-se relevante que possamos revolver aquilo que fica na obscuridade de algumas memórias, possibilitando o repensar acerca de tais vidas marcadas pelas violências de Estado exercidas na época da ditadura civil-militar, e que pouco foram reconhecidas socialmente ficando jogadas à margem da história brasileira.

Desse modo, acredita-se na importância da abertura de espaços que demarquem o não-dito, o que não quer ser visto ou lembrado em uma sociedade, partindo do pressuposto da existência de uma necessidade dos sujeitos e da sociedade revisitarem a história do trauma para poderem imaginar um novo horizonte.

## **As entranhas da violência**

A constante violência e humilhação pode ser geradora da perda da essência da vida humana. Levando em consideração as devidas diferenciações, os porões da ditadura não se tornaram muito diferentes dos campos de concentração da II Guerra Mundial, visto que em ambos os lugares foram aplicadas inúmeras formas de torturas objetivando o apagamento subjetivo do sujeito.

Primo Levi (1988) fala de tal situação vivenciada pelos prisioneiros de Auschwitz, na II Guerra Mundial, onde eles perderam a capacidade de reagir, indignar-se e temer. Naquele espaço tornaram-se seres autômatos. Assim, os campos de concentração e extermínio eram laboratórios do terror totalitário, que visavam à dominação total do indivíduo, mediante torturas que não geravam a morte, mas conseguiam que a vítima tivesse reações previsíveis, mecânicas (Arendt, 2006).

Em relação aos campos de concentração, ela afirma:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são. (Arendt, 2006, pp. 488-489)

Diante a situação de violência e tortura imposta pelo Estado, o sujeito passa a ter o seu direito de morte retirado, restando uma impotência. Nessa via, já não existe mais o poder de escolha entre a vida ou a morte, restando apenas uma experiência inominável e a busca incessante de nomear o possível, apesar da constante convocação de resposta ao impossível.

Nessas circunstâncias, como enfrentar o inenarrável, o irrepresentável, o sem-forma imposto pela violência? Segundo Agamben (2002), o homem, quando vivencia tais situações de extrema violência, passa a ser visto de modo dessubjetivado, ficando exposto à vida nua, uma vida biológica desprovida de condições humanas.

Desse modo, a violência pode ser vista como propiciadora da capacidade de paralisar as diferentes formas de vida, deixando muitos mudos e estáticos, jogando suas vítimas no ‘completo desamparo’. Dessa maneira, em muitos momentos, elas não sabem o que dizer, pensar ou imaginar, restando um silêncio inquietante que anuncia a ferocidade do trauma (Sousa & Tessler, 2004).

Tal experiência de violência emudece, esteriliza e cala, demarcando o traumático. Nessa via, a linguagem, possibilitadora do reconhecimento da diferença, fracassa, sendo sobreposta por uma ação absoluta e radical instaurada pela violência (Endo, 2005).

Em situações terrificantes, ocorre a desmoralização da experiência e da fala, o corpo passa a ser um instrumento ou obstáculo desimportante (Endo, 2005). Assim, o corpo torturado é um corpo que teve seu controle roubado, pois foi dissociado do sujeito e transformado em objeto por um outro poderoso, ficando assujeitado ao gozo do outro. Dessa forma, resta ao sujeito torturado o silenciamento, como a última forma de domínio sobre si até o limiar da morte, restando o grito, a dor que evoca o terror daquilo que foi vivenciado (Kehl, 2010).

Sob tortura, o corpo fica assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer (Kehl, 2010, p. 131).

Nessa via, muitos sujeitos violentados apresentam dificuldade em falar, transmitir, comunicar sobre a dor física, devido ao fato de terem perdido suas condições de sujeitos do desejo e o direito a singularizar-se, sendo privados de dar seu testemunho referente ao lugar indiferenciado e atemporal em que foram jogados (Endo, 2011).

Os sujeitos que vivenciaram tais situações de extrema violência podem encontrar-se imersos em um apagamento subjetivo imposto. Tais fatos podem posicionar o sujeito à margem do dito ideal esperado pela sociedade, dando-lhe um lugar de exclusão, invisibilidade, possibilitando o desamparo social e discursivo (Rosa, 2002).



O trauma, ocasionado pela intervenção do outro totalitário, reduz o sujeito a restos e apaga as marcas da sua subjetividade. Assim, o trauma poderá ser tratado por meio de uma elaboração embasada na reconstituição das leis que norteiam o funcionamento do campo social, visando com que seja proporcionada a reconstrução de um lugar discursivo, mediante a reconstituição da história perdida da memória, permitindo o luto e uma reinterpretação do passado (Rosa, Berta, Carignato, & Alencar, 2009).

Dessa forma, tornar públicos os sofrimentos, as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalcou é fundamental na elaboração dos traumas sociais. A partir dessa perspectiva, acredita-se na importância de todo fenômeno social traumático ser inscrito e elaborado no nível coletivo, através da narração, do testemunho e do resgate da memória. Conforme Rosa (2002, p. 47), a oferta de uma forma de escuta “supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro, deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória”.

Nesse sentido, torna-se de grande valia o reconhecimento desse emudecimento do sujeito, indo contra a ideia da construção de um tabu inviolável, ou um segredo individual e coletivo, acreditando na importância da mudança de posicionamento e proporcionando o debate público, pois assim o acontecimento não fica encerrado na subjetividade individual de quem sofreu, podendo ser verdadeiramente entendido e quem sabe estancado em sua repetição (Endo, 2005).

### **A essência da narrativa e do testemunho**

Dessa forma, diante tantos “não-ditos” que envolvem a temática da violência exercida pelo Estado, na época da ditadura civil-militar, torna-se importante a garantia da possibilidade da enunciação dos sujeitos que sofreram tais violências, acreditando na narrativa como processo de singularização e empoderamento de voz ao sujeito.

Nessa via, trago abaixo duas diferentes narrativas de ex-presos políticos, intentando demarcar os inúmeros não-ditos e interditos ocasionados pelas violências e abrindo brechas nos discursos.

### Primeira narrativa

Nilce Cardoso, ex-presa política, deu seu testemunho em uma audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do RS em 08 de março de 2013, e cujo depoimento está disponível através do site *youtube*.

Em relação a sua prisão política, relata:

*me pegam pelo cabelo, esmurram, esmurram, esmurram, e aí me quebram até o externo, e aí começaram os choques. Eles vão botando fio em um lugar, noutro, noutro, noutro, não tem nenhum lugar que eles não tentaram dar choque. Nós tínhamos uma posição que era diferente das de outros grupos, que era ficar quieto até a morte. Aí eles resolvem me colocar no pau-de-arara, dois cavaletes, uma coisa simples, dois cavaletes e um pau, eles penduram a gente ali e a gente fica ali jogada, indescritível o que acontece naquele momento, porque você está entregue, eles fazem o que quiserem com o seu corpo.*

*O corpo, não é o corpo, não é uma pessoa, é um nada ... gritar, berrar, tô morrendo... acho que tem que fazer mesmo, mas eu não conseguia fazer isso, não.*

*Muda fiquei, aí eles resolveram me queimar por dentro, não é só uma coisa dolorida, mas que eu quero deixar registrado para que nunca mais aconteça, porque é um absurdo eles queimaram todo o meu útero com choque, mas para isso vocês imaginam, que eles enfiavam a mão, estupro é pouco em uma hora dessas, a gente pendurada com todos os genitais a mostra para que eles fizessem o que quisessem, e faziam o que tinham vontade, o sangue começou a jorrar e eles colocaram uma bacia embaixo para poder não ficar tão suja a sala. Eu passei oito dias em coma.*

Ela ainda relata:

*É uma coisa tão absurda o que aconteceu, porque a tortura não tem por objetivo, só arrancar informação, nada disso, também isso, mas o que ela quer mesmo é terminar com o ser humano, terminar com toda e qualquer resistência humana que possa acontecer.*

### Segunda narrativa

Flávio Tavares, ex-preso político, passou longos anos exilado do país. Encontrou como forma de expressar suas vivências por meio da escrita de

um livro chamado *Memórias do Esquecimento*, publicado pela primeira vez no ano de 1999.

Na manivela da máquina de choque elétrico, o major F. girava forte e esbalgava os olhos, à espera do meu grito. Eu não conseguia gritar. A respiração se cortava, travando a língua. Só uns segundos depois, com a manivela rodando, os fios enrolados nos meus dedos ou nas orelhas, sentia meus gritos, mas só quase eu mesmo me ouvia. Gritava como quem se afoga no seco, em uivos curtos, cortados pelo uivo seguinte. Na madrugada, o sargento Thimóteo enrolou-me os fios no pênis. Girou girou, girou, girou a manivela. Eu uivei e cai no chão. Não tive a sensação de que o meu sexo se queimava ou se despedaçava. Era como se o amputassem sem bisturi e sem anestesia. Talvez num puxão. (Tavares, 2012, pp. 16-17)

Trago outro trecho de seu relato:

O cadáver no piso à minha frente, em diagonal sobre o colchão, é de Roberto Cietto. As lâmpadas continuam apagadas e nas celas vizinhas o silêncio é total. Tudo é como se fosse uma tumba e eu também fosse um morto, não apenas uma testemunha da morte. Sento-me quase sobre mim mesmo no cantinho da cela e começo a sentir frio. Tento rezar, mas o frio impede que eu me concentre. Projeto meus pés descalços no colchão em que Cietto está estirado, morto, e sem querer lhe toco o braço e o rosto que pendem para o meu lado. Para me esquecer tenho tão só o corpo frio e morto de ‘Simão’, como nós o chamávamos pelo nome de guerra que ele próprio escolhera. Tirito de frio e transpiro, ao mesmo tempo, e o suor goteja sem calor, como gelo que se derretesse dentro de mim.

Sinto-me paralisado. Um torpor e um vazio tomam conta de mim. Não penso nem raciocino. Ele está morto como um morto mesmo: estirado no chão. Eu estou morto de cócoras, como um vivo, e cada vez distingo mais os traços do morto à minha frente, no escuro. (Tavares, 2012, p. 97)

Por meio das diferentes narrativas podemos perceber as violências realizadas no período da ditadura, como formas de exposição do sujeito à *vida nua*, mediante uma experiência geradora do trauma. Nessa via, acredita-se na importância da tradução da pura experiência em linguagem e na busca de modos de partilhá-la, construindo um discurso e articulando-o. Desse modo, as narrativas são tomadas como possibilitadoras de um processo de singularização e empoderamento de voz ao sujeito.

De acordo com Endo, o testemunho tem como função desorganizar as explicações e verdades dadas como definitivas sobre a violência, propiciando a escuta diferenciada daquilo que já tinha sido dado como entendido anteriormente. Gagnebin (2006), coloca a experiência da narração e autonarração como uma maneira possível de constituição do sujeito, em que o mesmo possa reconhecer-se como sujeito da narração. Assim, acredita-se na potência das narrativas diante do inexplicável e do impossível que a experiência-limite - a violência e a tortura - produzem.

No entender de Benjamin (1994), o narrador deve mostrar uma outra narração, diante as ruínas e os restos de uma tradição espedaçada, não deixando o passado cair no esquecimento. Desse modo, transmitindo o inenarrável, mantendo viva a memória dos sem-nome e daqueles que foram mortos e tiveram seus corpos desaparecidos, lutando contra o esquecimento e a repetição do horror, acreditando que a verdade do passado passa a ser completa com a exigência de um presente verdadeiro.

A figura do narrador também pode ser exemplificada pela figura do trapeiro, do catador de sucata. Essa pessoa que recolhe os restos, os cacos, os detritos, situação configurada pela pobreza, mas também pelo desejo de que nada se perca. Esse *narrador sucateiro* recolhe aquilo que é deixado de lado, que parece não ter mais sentido e importância, tudo aquilo que a história oficial não sabe o que fazer. Nesse sentido, o narrador tem essa função de transmitir aquilo que a tradição não recorda e é inenarrável, sendo fiel ao passado e aos mortos, mesmo sem saber quem eles são (Benjamin, 1994).

Diante tal configuração o papel de testemunho passa a ser importante. Para Gagnebin, (2006) a testemunha passa a ter uma função maior da usualmente utilizada, sendo aquela que consegue ouvir a narração insuportável e não vai embora, aceitando a continuidade da história do outro; não por culpabilidade ou compaixão, mas por acreditar que, através da tomada reflexiva do passado e da transmissão simbólica assumida devido ao sofrimento, exista a possibilidade de o passado não se repetir e de ser esboçada uma nova história, uma invenção do presente.

Juntamente com a questão da narração entra a questão da transmissão e do lembrar, tornando-se importante a rememoração que visa, ao invés da repetição do que se lembra, a abertura de buracos ao esquecido, ao recalcado, dizendo aquilo que não teve direito à lembrança e palavras.

Desse modo, marca uma atenção precisa ao presente e suas ressurgências do passado, acreditando na fidelidade ao passado não como fim, mas como transformador do presente. Assim, Gagnebin (2006, p. 97) pontua o nosso dever em “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”.

Dessa forma, retomamos os narradores trazendo suas falas sobre como se sentiram diante a realização de tais narrativas. Flávio Tavares, no final do seu relato, afirma não saber o que foi mais difícil: ter vivido todas aquelas cenas, ou ter remorado tudo aquilo que sempre quis esquecer. E assim pontua:

tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão só refeitas, co-sidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida - não inventada -, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias de alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas - uma mirada atormentada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma. (Tavares, 2012, p. 244)

Do mesmo modo, Nilce Cardoso relata à Comissão Estadual da Verdade/RS sua dificuldade em falar sobre o assunto: “Vocês não pensam que para vir falar aqui eu dormi tranquilamente esses dias; eu não dormi nada, porque eu ainda, apesar de quase 20 anos de análise e de divã, eu não consigo ter uma tranquilidade”.

Mediante as duas narrativas, uma realizada através da escrita de um livro e outra por meio de uma fala na Comissão Estadual da Verdade/RS, percebe-se o quanto tais violências foram traumáticas, ressaltando a importância da narração e do testemunho como possibilidades que propiciam ao sujeito o recontar-se e o seguir em frente com suas histórias, apesar das dificuldades em adentrar no assunto terrorífico.

Desse modo, percebem-se tais narrativas como formas de saída do campo da pura experiência e conseqüentemente do indizível, marcando tudo aquilo que ficou durante muito tempo no campo do não-dito, tanto para as próprias vítimas e familiares, quanto para a sociedade. Nessa via, acredita-se nas narrativas e no testemunho como formas de não perpetuação do sofrimento e do apagamento subjetivo das vítimas, possibilitando a tomada de potências frente a tais situações, proporcionando uma reinvenção do sujeito.

Ao retomar conceitos freudianos, Gagnebin (2006) pontua a relevância de criarmos coragem e enfrentarmos o passado, esclarecendo-o, para que assim possamos compreendê-lo, mesmo que vá além da compreensão lógica e meramente racional, podendo sair do registro da queixa, acusação e culpabilização. Assim, ocorre um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, propiciado pelo esforço de compreensão e esclarecimento do passado e do presente.

Dessa maneira, acredita-se que devemos questionar as intervenções políticas adotadas pelo Estado, no que se refere às violências exercidas no período ditatorial, incluindo as políticas de reparação, como a Comissão Nacional da Verdade, indagando e tensionando se as mesmas conseguem possibilitar espaços de narrativas e testemunhos, além de escutar e promover um novo olhar sobre a vida silenciada dos sujeitos e familiares que vivenciaram graves violências. E ainda, se tais políticas, propiciam uma revisita ao passado e à memória brasileira, proporcionando uma recontagem dessa história, que é marcada por lacunas e não-ditos referentes ao período ditatorial e até hoje ressoam suas consequências.

## Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Arendt, H. (2006). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Benjamin, W. (1994) O Narrador. In *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1936)
- Endo, P. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Endo, P. (2011). Um futuro sem origem: transmissão, autoridade e violência. In *Autoridade e Violência* (pp. 68- 81). Porto Alegre: APPOA.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34.
- Kehl, M. R. (2010). Tortura e sintoma social. In E. Teles & V. Safatle (Orgs.), *O que resta da ditadura* (pp. 123- 132). São Paulo: Boitempo.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura*, 2(2), 42-47.

- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico- política. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 12(3), 497-511.
- Sousa, E. & Tessler, E. (2004). Violência sem disfarce. *Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 126, 5-10.
- Tavares, F. (2012). *Memórias do esquecimento: o segredo dos porões da ditadura*. Porto Alegre: LPM.